

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A Nº 02/91

001 Aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa
002 e um, no horário das quatorze horas e quarenta e cinco minutos,
003 no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, reali -
004 zou-se uma sessão ordinária do Conselho Universitário da Univeru
005 sidade Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada e preu
006 sidida por seu Presidente, Professor Amilcar G. Gigante, Magníu
007 fico Reitor, contou com a participação dos seguintes conselheiu
008 ros: Professores Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor; Maria Isau
009 bel da Cunha, Prô-Reitora de Graduação e Assistência; Aldyr Garu
010 cia Schlee, Prô-Reitor de Extensão; Sêrgio Roberto Martins, Prôu
011 Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Moacir Cardoso Elias, Direu
012 tor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; Adair Luis Stefa -
013 nello Busato, Diretor da Faculdade de Odontologia; Maria Elizau
014 beth Maurer de Salles, Diretora do Conservatório de Música; Pauu
015 lo Velardez Mielke, Vice-Diretor da Faculdade de Veterinária; Au
016 na Lúcia dos Santos Schild, Vice-Diretora da Faculdade de Ciênu
017 cias Domésticas; Wanderley Rospide da Motta, Diretor da Faculdau
018 de de Medicina; Florismar Oliveira Thomaz, Diretor da Escola Suu
019 perior de Educação Física; Egon Afonso Michels, Vice-Diretor da
020 Faculdade de Educação; Wania Branco de Araújo Brauner, Vice-Diu
021 retora do Instituto de Letras e Artes; João Nelci Brandalise, Diu
022 retor do Instituto de Biologia; Cleusa Iara Albernaz Morga, Direu
023 tora do Instituto de Física e Matemática; Jorge Luiz Martins, Diu
024 retor do Instituto de Química e Geociências; Maria Amélia Soau
025 res Dias da Costa, Diretora do Instituto de Sociologia e Polítiu
026 ca; Cláudio Mairan Brazil, Diretor da Faculdade de Enfermagem e
027 Obstetrícia; Eurico Guimarães de Castro Neves, Diretor da Faculu

el

028 dade de Engenharia Agrícola; Paulo Afonso Rheingantz, Diretor
029 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Marli Costa dos San
030 tos, Diretora da Faculdade de Nutrição; José Leonel da Luz An
031 tunez, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; Lo
032 tar Siewerdt, Representante dos Professores Titulares; Ingue-
033 lore Scheunemann de Souza, Representante dos Professores Ad
034 juntos; Morenei Oliveira Chaves, Representante dos Professo -
035 res Assistentes; Marco Aurélio Vaz, Representante dos Profes
036 sores Auxiliares; Hilda Costa Acevedo, Representante do Conse
037 lho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; Econo -
038 mista Luis Osório Rocha dos Santos, Pró-Reitor Administrativo;
039 Acadêmicos Eracy Lafuente Pereira, Josias Lech, Fernando Al
040 berto C. Henning; Alis Jein Josefides Scacino; Amir Antonio
041 Gnoatto e Claudete Alves da Silva, a última como suplente, to
042 dos Representantes discentes e, mais, o Médico Veterinário Jo
043 ão Alcides de Souza da Cunha, Representante dos Servidores
044 Técnico-administrativos. Havendo número legal de Conselhei
045 ros presentes, o Senhor Presidente declarou abertos os traba
046 lhos cumprimentando, inicialmente, os professores recém elei
047 tos para representarem as classes de Professor Titular, Adjun
048 to, Assistente e Auxiliar no Conselho Universitário e que já
049 se achavam presentes à sessão. Passou, a seguir, à abordagem
050 da pauta. Item 1. Apreciação da Ata nº 06/90. Com relação a
051 esse documento, o Professor Paulo Afonso solicitou fosse res
052 gatado e consignado em ata o pronunciamento que fizera na re
053 ferida sessão com relação a participação da Faculdade de Ar
054 quitetura e Urbanismo no projeto do Hospital Escola, que em
055 síntese refere o que segue: "Não vejo de forma bem clara, ain
056 da, o que será o Hospital Escola, qual será a sua filosofia e
057 como dar-se-á a interação das cinco unidades envolvidas no
058 projeto. A nossa postura de questionar a contratação de uma
059 firma de consultoria para elaborar o trabalho é no sentido de
060 que o mesmo será cobrado por essa empresa mas será revisa -
061 do pelos professores das unidades que irão trabalhar no hospi
062 tal. O primeiro ponto, portanto, seria de que a base do proje
063 to - o programa em si - nascerá da participação dos usuá -
064 rios do hospital que são as pessoas capacitadas para definir
065 as suas necessidades. A Comissão caberá apenas coordenar. Em
066 um segundo momento, se a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

067 não apresentar condições de atender às exigências de prazo de
068 correntes de financiamento poderão, quem sabe, elaborar os es
069 tudos iniciais de base. A questão fundamental, nesse caso, é
070 que haverá a necessidade do envolvimento direto dos usuários
071 na definição do espaço físico no projeto. O arquiteto somente
072 coordenará o projeto. Caso fique comprovado a dificuldade da
073 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em proceder a execução do
074 projeto executivo, o detalhamento definitivo e completo pode-
075 rá ser realizado por uma firma especializada, contratada me
076 diante licitação, muito embora esse não seja o procedimento
077 mais correto, a qual trabalhará em cima de um anti-projeto e
078 laborado pela Universidade, sob a Coordenação da Comissão jun
079 tamente com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Outra al
080 ternativa que julgo ser a mais adequada porque seria a oportu
081 nidade de trazer "know-how" para a Universidade, seria a con
082 tratação de um profissional especializado nessa área, que da
083 ria assessoramento à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo den
084 tro da própria Universidade, naqueles "pontos" em que ainda
085 não somos auto-suficientes. É o que me cabia declarar." Ainda
086 sobre a ata em apreciação, o Professor Moacir solicitou fosse
087 consignado a presença dos Conselheiros que se fizeram presen
088 tes na sessão do dia nove de novembro, em desdobramento à ini
089 ciada no dia primeiro do mesmo mês, o que, por um lapso não
090 fôra registrado. Assim, em complementação ao que consta às
091 fls. 09, linhas 327 e 328 fica registrado o que segue: ".....
092 sob a Presidência do Professor Amilcar G. Gigante, seu Presi
093 dente, a qual contou com a participação dos seguintes Conse
094 lheiros: Professores Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor; Luiz
095 Carlos Gonçalves Lucas, em substituição ao Prô-Reitor de Pes
096 quisa e Pós-Graduação; Luis Antonio Veríssimo Corrêa, em subs
097 tituição à Prô-Reitora de Graduação e Assistência; Aldyr Gar
098 cia Schlee, Prô-Reitor de Extensão; Moacir Carsoso Elias, Di
099 retor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; Adair Luis Ste
100 fanello Busato, Diretor da Faculdade de Odontologia; José Gil
101 berto da Cunha Gastal, Diretor da Faculdade de Direito; Maria
102 Elizabeth Maurer de Salles, Diretora do Conservatório de Músi
103 ca; Zilma da Costa Tambara, Diretora da Faculdade de Ciências
104 Domésticas; Wanderlei Rospide da Motta, Diretor da Faculdade
105 de Medicina; Enio Araújo Pereira, Vice-Diretor da Escola Supe

106 rior de Educação Física; Egon Afonso Michels, Vice-Diretor da
107 Faculdade de Educação; Wania Branco de Araújo Brauner, Vice-
108 Diretora do Instituto de Letras e Artes; João Nelci Brandali-
109 se, Diretor do Instituto de Biologia; Cleusa Iara Albernaz
110 Morga, Diretora do Instituto de Física e Matemática; Jorge
111 Luis Martins, Diretor do Instituto de Química e Geociências ;
112 Maria Amélia Soares Dias da Costa, Diretora do Instituto de
113 Sociologia e Política; Darci Pegoraro Casarin, Diretor da Fa-
114 culdade de Meteorologia; Cláudio Mairan Brazil, Diretor da Fa-
115 culdade de Enfermagem e Obstetrícia; Eurico Guimarães de Cas-
116 tro Neves, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; Paulo
117 Afonso Rheingantz, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urba-
118 nismo; Marli Costa dos Santos, Diretora da Faculdade de Nutri-
119 ção; Odeli Zanchet, Vice-Diretor do Conjunto Agrotécnico Vis-
120 conde da Graça; Morena Pinto Peters, Representante dos Profes-
121 sores Adjuntos; Paulo Silveira Junior, Representante dos Pro-
122 fessores Titulares; Luiz Fernando Camargo Veronez, Represen-
123 tante dos Professores Auxiliares; Gastão Coelho Pureza Duarte,
124 Representante do COCEPE; Acadêmicos Sinval Vicenzi, Angelo E-
125 locir Zeni, Diogo Joel de Marco; Aliés Jein Josefides Scacino ,
126 Fernando João Neto de Faria e Paulo Daniel Araújo Benito, to-
127 dos Representantes discentes, e mais, a Assistente em Adminis-
128 tração Tânia Mara Cabreira, Representante dos Servidores Téc-
129 nico-administrativos". Feitas estas observações que foram aca-
130 tadas pelo plenário, o Senhor Presidente submeteu o documento
131 à votação, resultando aprovado com a inserção das correções a-
132 cima. Dando seguimento aos trabalhos, a Presidência sugeriu a
133 alteração do cumprimento da pauta passando-se, inicialmente, à
134 apreciação do item 3 face à urgência da matéria ali relaciona-
135 da, o que contou com a concordância do plenário. Item 3. Posi-
136 ção do Conselho Universitário sobre a "Proposta de uma Nova
137 Política Para o Ensino Superior". Sobre o assunto, manifestou
138 se o Professor Schuch solicitando fosse distribuído aos Conse-
139 lheiros uma cópia da síntese das discussões realizadas na
140 reunião plenária da ANDIFES, ocorrida em Natal nos dias 22
141 e 23 de abril de 1991, que passa a fazer parte desta ata (Ane-
142 xo I), relativamente ao documento que é objeto de destaque no
143 presente item, elaborado pelo MEC. À oportunidade informou
144 que o assunto fôra, também, objeto de ampla discussão e ava-
145 liação pela comunidade da UFPel, em atendimento ao chamamento

146 provocado pela Reitoria e que, neste momento, o documento que
 147 resultara desse trabalho estaria sendo submetido à análise do
 148 Conselho Universitário. A seguir, propôs fossem convidados a
 149 participar da sessão os representantes das três entidades re-
 150 presentativas da comunidade da UFPel, que se achavam aguardando
 151 do fora do recinto, Professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas-Pres
 152 sidente da Associação de Docentes da UFPel, Acadêmico Diogo
 153 Joel Demarco - Presidente do Diretório Central de Estudantes,
 154 e Técnica Miriam Paz Garcêz Marroni, Representante da Associaç
 155 ão dos Servidores da UFPel por conhecerem o documento em proo
 156 fundidade, estando aptos a prestarem os esclarecimentos que
 157 o plenário solicitasse. Como não houvesse nenhuma manifesta-
 158 ção em desacordo, os servidores adentraram na sala de reuni-
 159 ões, tendo assento à Mesa diretora dos trabalhos. Em prosse-
 160 guimento, o Professor Schuch solicitou ao Professor Luiz Car-
 161 los Gonçalves Lucas que procedesse a leitura do documento elau
 162 borado pela comunidade cujo teor é o seguinte: "Pelotas, 02 de
 163 maio de 1991. Exmo. Sr. Prof. AMILCAR GIGANTE MD Presidente
 164 do Conselho Universitário. UFPel. Conforme encaminhamento
 165 aprovado pela Assembléia Geral da comunidade da UFPel, as
 166 entidades representativas de professores, servidores técnico-
 167 administrativos e estudantes - ADUFPel, ASUFPel e DCE, vêm dar
 168 conhecimento a este egrêgio Conselho, da análise preliminar
 169 do documento "Nova Política para o Ensino Superior" proposto
 170 pelo Ministro da Educação. A referida análise surgiu de deba-
 171 tes e reuniões abertas de toda comunidade da UFPel. Outros-
 172 sim, enfatizamos a importância do referendo deste Conselho às
 173 posições defendidas pela comunidade universitária, somando esu
 174 forços na defesa da Universidade Pública e Gratuita. Sendo o
 175 que tñhamos para o momento, renovamos nossos protestos de a-
 176 preço e consideração e enviamos nossas Saudações Universitã-
 177 rias. Maria Antonieta Dall'Igna - ADUFPel SSind Diogo Joel Deu
 178 marco - DCE/UFPel Miriam Paz Garcêz Marroni - ASUFPel. UNI-
 179 VERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - POSICIONAMENTO SOBRE "Uma Nova
 180 Política Para o Ensino Superior" INTRODUÇÃO Atendendo a soli-
 181 citação do Sr. Ministro da Educação, contida no Aviso Circular
 182 número 383, de 15 de março de 1991, a comunidade da UFPel dedicou
 183 se a analisar a proposta de uma "Nova Política para o Ensino
 184 Superior", desde o primeiro momento. A Reitoria da Universidau
 185 de conclamou toda a comunidade através do Ofício Circular 05/

186 91 e proporcionou, em conjunto com a ADUFPEL, ASUFPEL e DCE, reu
187 niões, inclusive com suspensão de aulas, no campus e no cen -
188 tro da cidade, quando o tema foi detalhadamente revisto e a
189 sistematização das discussões organizada. Tendo o documen -
190 to básico sido amplamente distribuído entre servidores, docen -
191 tes e técnico-administrativos, assim como entre os estudantes,
192 posicionaram-se todos, inicialmente em assembléias de catego -
193 rias e, a seguir, em assembléia geral da comunidade universi -
194 tária realizada em 10 de abril. Os debates incluíram, também,
195 o que dispõem a respeito de educação, ciência e tecnologia, os
196 documentos oficiais denominados "Programa de Reconstrução Na -
197 cional" e "Programa de Competitividade Industrial". Vários en -
198 caminhamentos foram aprovados, inclusive o de remeter o posi -
199 cionamento da comunidade universitária à chancela do Conselho
200 Universitário. CONSIDERAÇÕES GERAIS É de louvar a presente i -
201 niciativa ministerial de tornar a proposta "um documento pú -
202 blico e aberto ao debate, à crítica e às sugestões advindas
203 precipuamente da comunidade universitária e da comunidade em
204 geral". Recorde-se que, historicamente, o Ministério da Educa -
205 ção somente buscou suprir a falta de uma política clara para
206 o ensino superior público através de processos que marginali -
207 zaram as instituições universitárias, com as quais acabou se
208 confrontando. Mesmo incluindo algumas abordagens já desgasta -
209 das na relação das universidades com o Governo, como é o caso
210 do "Orçamento Global" (veja-se Avisos Ministeriais da Minis -
211 tra Ester Ferraz, projeto "Caio Tácito", projeto "GERES"), a
212 proposta supreende, preliminarmente, pela superficialidade
213 com que pretende contornar o tema "Uma Política para o Ensino
214 Superior" em três tópicos pontuados, dissociadamente dos de -
215 mais graus de ensino, e em total desconsideração à rica produ -
216 ção oferecida pela comunidade acadêmica, num processo de cons -
217 trução coletiva referenciado historicamente, que tem mostrado
218 dinamismo particular em vários momentos, com destaque ao pro -
219 cesso Constituinte e mais recentemente a elaboração da Lei
220 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB. No encami -
221 nhamento mais geral a proposta tem o mérito de reconhecer a
222 necessidade de prover as Instituições Federais Universitárias
223 dos meios indispensáveis ao pleno exercício de suas ativida -
224 des, além de registrar as profundas desigualdades que marcam
225 nossa sociedade. Estranha-se que, ao invés de evoluir dessa

226 constatação para a necessária vinculação da questão educacio-
 227 nal às políticas mais amplas de caráter econômico e social ,
 228 desliza, insinuando-se pela racionalização simplista dos atri-
 229 butos de modernidade e eficiência, para uma lógica baliza -
 230 da pelo mercado, portanto sem qualificar o investimento públi-
 231 co em educação. Assinale-se que essa lógica tem servido para
 232 aprofundar a privatização do ensino. Destaque-se que o mesmo
 233 governo federal a utiliza mais explicitamente quando, no Pro-
 234 grama de Competitividade Industrial afirma que "os ensin^os t^{éc}-
 235 nico e superior deverão orientar-se pelas políticas industri-
 236 al e tecnológica do País e, portanto, sustentar a competitivⁱ-
 237 de industrial em padrões internacionais". Afirmativa que, sem
 238 outras considerações, limita-se a uma pobre visão economicis-
 239 ta de previsíveis e indesejáveis conseq^uências. O preceito
 240 constitucional de indissociabilidade entre o ensino, a pesqui-
 241 sa e a extensão fica relegado, ao desconsiderar-se que a vida
 242 da Iniversidade é um processo complexo de elaboração do saber
 243 em todas as áreas do conhecimento, que não se pode reduzir ao
 244 simples papel de formação profissional. Mormente quando se
 245 pensa em Iniversidade Pública. É certo que nossas universida-
 246 des precisam revisar-se em muitos aspectos . Provavelmente ne-
 247 nhuma instituição nacional tem sido tão crítica em relação a
 248 si mesma, e encontrado as oportunidades de fazer sua crítica,
 249 quanto a Iniversidade. Por isto ela tem consciência de que
 250 ainda não corresponde plenamente a sua responsabilidade soci-
 251 al. Por isto ela reconhece que não tem conseguido acompanhar
 252 o ritmo em que o desenvolvimento científico e tecnológico se
 253 processa a nível mundial. Contudo é imperioso considerar - o
 254 que tem sido repetidamente denunciado - que a defasagem hoje
 255 identificada é, em grande parte, decorrente de uma política
 256 mais ampla. Caminhou-se para esta situação quando foram grada-
 257 tivamente reduzidas as verbas para a manutenção das Institui-
 258 ções; federais de Ensino Superior, quando se permitiu o suca-
 259 teamento de prédios, equipamentos e bibliotecas, num processo
 260 criminoso de deterioração do patrimônio público, quando se in-
 261 terviu, direta ou indiretamente, com o uso de m^{ét}odos cliente-
 262 l^{is}ticos, tanto na concessão de verbas como na distribui-
 263 ção de empregos, quando se vedou, de forma linear, o aumen-
 264 to de vagas nos quadros, quando se permitiu que a remuneração
 265 inadequada afugentasse excelentes profissionais dos quadros

257 1/2

266 das universidades públicas, e levasse o desestímulo a muitos
267 que nela oermaheceram. As distorções provocadas nas universi
268 dades públicas pelos fatores acima referidos, e por outros
269 correlatos, atrasaram mudanças e inovações, e certamente pro
270 duziram alguns retrocessos. Paradoxalmente foi de dentro da
271 Iniversidade que surgiram movimentos pelo realinhamento na
272 direção de seu verdadeiro papel. Assim geraram-se nas univer
273 sidades ações pelo fim dos sistemas autoritários, pela rede
274 mocratização em seu mais amplo sentido, pela autonomia, por
275 mais verbas, por avaliação, sempre visando a um padrão de
276 qualidade e ao imprescindível compromisso social. A universi
277 dade que queremos e de que o Brasil necessita, coerente com a
278 Nação que construiremos, em muito difere da que tardiamen -
279 te surgiu e ainda não se consolidou. A Iniversidade que que
280 remos e de que o Brasil necessita não se concretizarã dimi
281 nuindo ou suprimindo o seu caráter público. Tal caráter hã
282 de estar presente em suas normas como no seu dia-a-dia. Na
283 formação de profissionais competentes e críticos, aptos a
284 comprometer -se e a desenvolver ao longo de toda sua vida
285 profissional, ações visando a novos e melhores rumos para o
286 povo brasileiro, conscientes de que tais rumos passam obriga
287 toriamente pelo desenvolvimento em seu mais amplo sentido. O
288 desenvolvimento que não pode ser apenas econômico, mas tam
289 bém social e profundamente ético. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AITO
290 NOMIA. A Constituição de 1988 dispõe, em seu artigo 207, que
291 AS UNIVERSIDADES GOZAM DE AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA, ADMI
292 NISTRATIVA E DE GESTÃO: FINANCEIRA E PATRIMONIAL, E OBEDE -
293 CEM AO PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE O ENSINO, PES
294 QUISA E EXTENSÃO. Em decorrência, as universidades têm insis
295 tentemente buscado o Ministério da Educação, como interlocu
296 tor próprio no governo, na tentativa de desobstruir o espaço
297 para a autonomia universitária através da revogação de nor
298 mas e modificação de procedimentos. No entanto, hã mais de
299 dois anos da vigência da Carta Maior, ao contrário do que a
300 mesma determina, cada vez mais sente-se a força centralizado
301 ra do governo federal, investindo ora na administração fi
302 nanceira, ora na administração de recursos humanos, ora no
303 monitoramento de ações com inúmeros e gritantes exemplos. No
304 espaço próprio do Congresso Nacional, por outro lado, no de
305 bate de âmbito nacional que envolve a regulamentação das ba

306 ses da educação, a comunidade universitária privilegiou sua in-
 307 tervenção para garantir um contorno legal bem mais amplo para
 308 a autonomia, associado a salvaguardas com relação à articula-
 309 ção entre as universidades e garantias de financiamento adequa-
 310 do advindo da união. Tal processo ainda se encontra em andamen-
 311 to e pode, portanto, ser melhorado e atualizado nas diversas
 312 etapas de sua tramitação. Em obediência à Constituição, ao Re-
 313 gime Jurídico Único de Pessoal e ao que dispuser a Lei de Dire-
 314 trizes e Bases da Educação, as Universidades Federais terão
 315 oportunidade de aperfeiçoar o seu plano único de carreira iso-
 316 nômica para servidores docentes e técnico-administrativos, com
 317 mobilidade para fixação e administração do quadro, transforma-
 318 ção de cargos, gerenciamento de pessoal, autorizações para a
 319 fastamentos inclusive para o exterior. Deverão as universida-
 320 des ter implantado um sistema de dotação orçamentária com re-
 321 cepção de recursos em montante suficiente. Existirá assim ga-
 322 rantia do pagamento adequado de pessoal, inclusive os gastos
 323 com PASEP e bolsas de estudos hoje incluídas como de custeio,
 324 além da dotação global em "Outros Custeios e Capital" que as-
 325 segurem a sustentação e expansão imprescindíveis. Não haverá
 326 autonomia universitária sem a garantia do provimento adequado
 327 de recursos financeiros, até mesmo porque o que está estabele-
 328 cido na Constituição é a autonomia de GESTÃO financeira e pa-
 329 trimonial. Não há sentido na autonomia sem consolidação da ges-
 330 tão democrática em todas as instâncias da Universidade que se
 331 traduza pelo menos em: a - autonomia para elaboração e modifi-
 332 cação dos estatutos e regimentos por processos que assegurem a
 333 participação de professores, outros servidores e alunos; b- ad-
 334 ministração colegiada na forma definida livremente em seus es-
 335 tatutos e regimentos; c - eleição dos dirigentes com a partici-
 336 pação de todos os segmentos, em processo que se esgote dentro
 337 de cada instituição. É condição, ainda, de convivência democrá-
 338 tica das Universidades Federais entre si e delas com o Governo
 339 da União, a constituição de um Conselho Inter-universitário
 340 com atribuições junto ao Congresso Nacional, para a defini-
 341 ção de questões como financiamento, distribuição orçamentária,
 342 definição e ampliação de quadros de pessoal e outras providên-
 343 cias que envolvam a compatibilização de interesses. Disposiçõ-
 344 es incluídas na "Proposta de uma Nova Política para o Ensino
 345 Superior" contrariam frontalmente, em todo ou em parte, al

2x

346 guns dos pressupostos referidos e defendidos pela comunidade
347 universitária no processo de discussão com vistas à Lei de Di-
348 retrizes e Bases da Educação, particularmente no que tange à
349 escolha dos dirigentes, à estrutura e sistemática de fixação
350 do orçamento, e às questões de pessoal, em que são inclusive
351 desconsideradas as recentes conquistas trabalhistas configura-
352 das com o advento do Regime Jurídico Único. O Ministério da
353 Educação, que tem criticado as salvaguardas e garantias busca-
354 das pela comunidade universitária na discussão da autonomia (inclusive
355 classificando-as como recusa da mesma comunidade à
356 "verdadeira autonomia"), contraditoriamente parece ter criado
357 em sua proposta inúmeros condicionamentos injustificáveis, ver-
358 dadeiros pontos de intervenção na vida universitária. Quan-
359 to à autonomia acadêmica, são evidentes alguns avanços em re-
360 lação à realidade atual, com destaque para a eliminação da e-
361 xigência para o reconhecimento de cursos. O tema, entretanto,
362 já foi muito mais abrangentemente tratado no projeto da Lei
363 de Diretrizes e Bases da Educação. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXA-
364 ME DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL. A proposta de um "exame de ha-
365 bilitação profissional", pós-graduação de grau, tem como princí-
366 pal objetivo proclamado evitar o ingresso de profissionais
367 despreparados no mercado de trabalho. Apesar dos múltiplos ar-
368 gumentos utilizados em sua defesa, a proposição é questioná-
369 vel quanto ao seu conteúdo, aplicabilidade na realidade con-
370 creta, compatibilidade com o preceito da autonomia universitá-
371 ria, além de apresentar-se como previsível promotora de sé-
372 rias distorções. A proposta incursiona pelo campo da separa-
373 ção entre o processo de ensino/aprendizado e o de avaliação.
374 Essas provas, exógenas ao processo, entre outras limitações, i-
375 névitavelmente privilegiam a medição do conhecimento memoriza-
376 do, ignorando os atributos de habilidades, atitudes e compro-
377 misso essenciais aos cidadãos munidos de um diploma universi-
378 tário. Não é difícil antecipar que a aplicação desse exame
379 facilmente geraria uma nova modalidade de "cursinho". Cogita-
380 se, também, de que esses exames pudessem servir como "um dos
381 parâmetros para a classificação dos cursos para efeito de
382 distribuição de recursos financeiros às IFES". Em tal caso de-
383 terminar-se-ia a cristalização das distorções e carências a-
384 tualmente existentes, quando o imperioso é que existam progra-
385 mas de recuperação e melhoria dos cursos ou das IFES ainda de

2590

24

386 ficientes, em direção ao padrão de qualidade constitucional-
387 mente previsto. Sobre um critério profundamente discutível i
388 ríamos assegurar o investimento sempre crescente em unidades
389 melhor aparelhadas em todos os sentidos, ao mesmo tempo que
390 condenar à estagnação ou extinção as demais. Reconhecendo
391 que as instituições federais são mais procuradas por terem
392 maior qualidade e prestígio, parece estranho que no mesmo do-
393 cumento defenda-se que aos seus egressos deva ser aplicado o
394 exame, e não aos das instituições particulares. "Evita-se,
395 com isso, que egressos das IFES, sem dominar o m̃nimo razoã-
396 vel da habilidade profissional, possam, por seu despreparo,
397 causar dano à população que venha, desprevenida, solicitar
398 seus serviços especializados. "CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO
399 CIVIL OBRIGATÓRIO. Fugindo à formulação direta da proposta
400 de ensino pago nas Instituições Federais de Ensino Superior,
401 o MEC propõe a instituição do "Serviço Civil Obrigatório"
402 para todos os concluintes assegurando, entretanto, que "...
403 poderão liberar-se mediante contribuição pecuniária às IFES
404 que os graduaram a título de INDENIZAÇÃO...". Assinale-se
405 que no "Projeto de Reconstrução Nacional" o governo propõe
406 sem rodeios a "discussão da gratuidade indiscriminada do En-
407 sino Público de graduação..." o que na verdade é uma investi-
408 da contra preceito constitucional conquistado na Carta de
409 1988. Sem entrar nas dificuldades operacionais para implemen-
410 tação da proposta, que exigiria inclusive um estudo de expe-
411 riências similares realizadas em outros países, o de que de-
412 vemos desde logo discordar é da concepção educacional que in-
413 cursiona pelo terreno da indenização, seja em pecúnia ou em
414 serviço. Em primeiro lugar porque o Ensino Público já é pago.
415 Quanto à correção de injustiças sociais é função a ser desem-
416 penhada pela reforma tributária e outras ações políticas ma-
417 is amplas e com direto efeito social. Ações que, infelizmen-
418 te, raramente parecem preocupar os detentores do poder. Além
419 disto, reduzir a relação entre a Escola Superior Pública e a
420 Sociedade ao simples nível de compra da oportunidade de aces-
421 so, é degradar a responsabilidade da contrapartida no proces-
422 so social a um individualismo mesquinho. A Universidade deve,
423 sim, manter um vínculo profundo e permanente com a sociedade
424 através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, com
425 plena inserção dos alunos, produzindo e repassando conheci-

426 mento que resulte em atendimento às demandas sociais presen-
427 tes e futuras. CONCLUSÕES 1 - Pelos motivos expostos, não a
428 ceitar a "Proposta de Uma Nova Política para o Ensino Supe-
429 rior"; 2 - Privilegiar a intervenção no Congresso Nacional,
430 na tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da E
431 ducação, em defesa das teses construídas pela Comunidade Uni-
432 versitária - algumas das quais consignadas neste documento -
433 de forma orgânica e articulada com as definições que envol-
434 vem os outros graus de ensino; 3 - propor que o MEC se empe-
435 nhe para apressar a tramitação do projeto da LDB no Congres-
436 so, onde poderá, inclusive, colocar sua proposta em debate ;
437 4 - Conclamar o MEC para que exerça sua condição de interlo-
438 cutor privilegiado no que tange aos assuntos de interesse
439 das universidades públicas brasileiras junto ao Governo Fede
440 ral, atuando desde já na desobstrução do espaço da autonomia,
441 na prática cotidiana." Concluída a leitura do texto e não ha-
442 vendo nenhum questionamento do plenário, a Presidência agra-
443 deceu a presença dos três representantes das entidades de
444 classe que, a seguir, retiraram-se do recinto. No momento se-
445 guinte o Professor Schuch, no exercício da Presidência da Me
446 sa, colocou o assunto em discussão. Imediatamente eclodiram
447 várias considerações acerca do trabalho, todas o elogiando
448 de forma unânime com especial destaque para os pronunciamen-
449 tos dos Professores Paulo Afonso, Adair, Maria Isabel e Moa-
450 cir que propunham fosse o mesmo endossado integralmente, fa-
451 ce a sua maturidade, profundidade e qualidade. Seguiram - se
452 outras manifestações, algumas propondo pequenas alterações
453 no texto e outras, reafirmando a manutenção da redação origi-
454 nal. Prosseguindo os trabalhos retomou a palavra o Professor
455 Amilcar, colocando em votação as seguintes questões: 1 - O
456 plenário aprova a proposta de rejeição do documento elabora-
457 do pelo MEC que trata da "Proposta de Uma Nova Política para
458 o Ensino Superior"? Procedida a votação, a proposta de rejei-
459 ção foi aprovada por unanimidade. 2 - O plenário aprova o
460 documento elaborado pelos órgãos de classe? Realizada a vota-
461 ção, o documento foi aprovado por unanimidade. Dando curso à
462 sessão, o Senhor Presidente colocou em discussão os desta-
463 ques propostos pelos Conselheiros Eracy e Moacir que dizia
464 respeito a introdução de pequenas alterações no texto origi-
465 nal do trabalho. Contraopondo-se a proposta desses Conselhei-

26107

28

262

466 ros, entreviu a Professora Maria Isabel ressaltando não ha
467 ver lógica proceder alterações em um trabalho que, indiscuti-
468 velmente, apresenta excelente qualidade e que mereceu a apro-
469 vação integral deste mesmo Conselho. Diante desta argumenta-
470 ção e de outras que se seguiram o Conselheiro Eracy houve por
471 bem retirar sua proposição ficando para deliberação, apenas, a
472 de autoria do Professor Moacir que consistia na substituição,
473 no item 1 - CONCLUSÕES, da expressão "não aceitar" por "não a
474 provar". Colocada a proposta em votação foi deliberado, por
475 maioria de votos, pela manutenção do texto original sem qual-
476 quer reparo. Verificaram-se seis votos contrários e uma abs-
477 tenção. Concluído o exame deste assunto, a Presidência da Me-
478 sa retornou à pauta, passando à apreciação do Item 2. Relató-
479 rio da Comissão Executiva para Planejamento e Construção do
480 Hospital Universitário. No momento da apreciação deste item o
481 Senhor Presidente passou a palavra ao Professor Wanderlei que
482 procedeu uma breve exposição sobre as conclusões chegadas pe-
483 la Comissão e constantes do relatório que passo a transcrever:
484 "Ofício nº 074/91 Pelotas, 23 de abril de 1991 Da: Comissão E-
485 xecutiva para Planejamento e Construção do Hospital Universi-
486 tário Para: Presidente do Conselho Universitário da UFPel Se-
487 nhor Presidente: Cumprindo deliberação do Conselho Universitá-
488 rio quando da indicação por aquele Conselho da Comissão Execu-
489 tiva para Planejamento e Construção do Hospital Universitário,
490 estamos lhe encaminhando um relatório suscinto das atividades
491 desta Comissão, até o presente momento, bem como apresentamos
492 lhe proposições para os quais necessitamos do seu parecer (e
493 ou do Conselho Universitário) afim de que possamos agilizar
494 os próximos passos indispensáveis à consecução do objetivo pa-
495 ra o qual criou-se a Comissão Executiva. Ao mesmo tempo infor-
496 mamos que estão à disposição na Secretaria da Faculdade de Me-
497 dicina as atas das reuniões até agora realizadas pela Comis-
498 são, como também todos os documentos gerados pela mesma (ques-
499 tionário nº 01, resposta aos questionários, etc...). Na data
500 de 29.11.90 reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria 676
501 [28.11.90] da reitoria da UFPel, tomando como primeira medida
502 a escolha do Presidente e Secretário desta Comissão Executiva
503 (Presidente Prof. Wanderlei Rospide da Motta e Secretária Pro-
504 fessora Sandra Santoro). Na continuação, após discussão e de-
505 finição interna, decidimos enviar a todas unidades da Iniver-

263
27

506 sidade um questionário com solicitação de respostas especifi-
 507 cas (questionário nº 01) com intenção de, na posse destas in-
 508 formações, montar Programa de Necessidades para o projeto do
 509 futuro hospital. Embora a solicitação definisse 30.12.90 como
 510 prazo final para o encaminhamento das respostas solicitadas,
 511 recebemos as últimas nos primeiros dias de fevereiro de 91. De
 512 posse das respostas das diferentes unidades, a avaliação da
 513 Comissão concluiu que seria necessário o assessoramento dire-
 514 to por um profissional especializado (Arquiteto) para cada um
 515 dos grupos de usuários, afim de que se pudesse gerar informa-
 516 ções e dados consistentes que permitissem a montagem de um
 517 Programa de Necessidades sólido, a partir do qual se pudes-
 518 se elaborar um projeto arquitetônico. A discussão dessa propo-
 519 sição levou a Comissão a duas alternativas: 01 - Contratação
 520 de uma empresa especializada em planejamento hospitalar com
 521 encargo da elaboração completa do projeto do Hospital Univer-
 522 sitário. 02 - Elaboração do projeto do Hospital Unversitário
 523 pela FAURB com contratação de assessoria de empresa especiali-
 524 zada em planejamento hospitalar, sendo necessário nesta alter-
 525 nativa a instalação de um escritório de projetos, contratação
 526 de profissionais e de alunos bolsistas sob coordenação de pro-
 527 fessores da FAURB. Das empresas consultadas (item 1) recebe-
 528 mos até o momento resposta da BROSS e LEITNER HOSPITAL PLAN ,
 529 que propõe um contrato de risco, onde o serviço de monta-
 530 gem do dossiê a ser encaminhado para os organismos financiado-
 531 res seria feito a custo zero, desde que assegurada a continui-
 532 dade da proponente no desenvolvimento subsequente do projeto.
 533 O custo total estimado pela empresa para o projeto arquitetô-
 534 nico de um hospital de 300 leitos seria de 3% do valor da o-
 535 bra ou seja, 2.520 CUBs (em 28.03.91) equivalentes a Cr\$
 536 153.361.252,80). Obviamente não estão incluídos neste custo ,
 537 os projetos complementares. Ao mesmo tempo a FAURB, consultada
 538 através do seu representante na Comissão informa ter interesse
 539 se e condições de assumir esta tarefa (item 2), solicitando
 540 como contrapartida do seu trabalho, que o dinheiro economiza-
 541 do na elaboração do projeto, devido a sua participação, rever-
 542 ta para ampliação da área física da UFPel na cidade, com o ob-
 543 jetivo de abrigar aquelas unidades carentes de área física, es-
 544 pecialmente a própria FAURB. Em mente a esta realidade, a Comis-
 545 são tem o seguinte entendimento: a. Que a FAURB deve partici-
 546 par da elaboração do projeto de construção do Hospital Univer

27

547 sitário em todos os seus momentos, bem como em todas as fa
548 ses da execução do mesmo. Para tanto seria necessário: a.1 -
549 contratação de consultoria especializada a.2 - instalação de
550 escritório de projetos a.3 - contratação de profissionais da
551 área e alunos bolsistas. Entende a Comissão que a FAURB esta
552 ria recebendo como contrapartida: - aquisição de um escritô-
553 rio de projetos por nº de anos considerável, com aquisição
554 definitiva de toda infra estrutura para dito escritório. - a
555 rea de estágio para alunos bolsistas ou não. - aquisição de
556 "KNOW HOW" na área específica de planejamento hospitalar. b.
557 Que o valor em cruzeiros que porventura se consiga diminuir
558 no custo total da elaboração de um projeto por firma especia
559 lizada, (atendidos os gastos com os itens a.1, a.2, a.3) re
560 verta integralmente para investimento na própria obra "gera-
561 dora" dos recursos Hospital Universitário. Como qualquer das
562 duas alternativas propostas demanda tempo para ser implemen-
563 tada e, parece-nos urgente a agilização de documento que nos
564 permita pleitear junto aos organismos financiadores do gover
565 no Federal a ampliação das verbas destinadas a construção do
566 Hospital, recomendamos a imediata contratação de firma espe-
567 cializada com experiência reconhecida em planejamento hospi-
568 talar, para elaborar o programa de Necessidades e a proposta
569 de projeto para efeito de encaminhamento com vistas a viabi-
570 lizar a futura execução da obra. Atenciosamente Prof. Wander
571 lei Rospide da Motta Presidente da Comissão Executiva para
572 Planejamento e Construção do Hospital Universitário." Ao en-
573 cerramento da explanação do Professor Wanderlei, fêz uso da
574 palavra o Professor Paulo Afonso, expressando sua surpresa
575 pelo fato de não se achar anexo ao ofício dirigido ao Conse-
576 lho Universitário pelo Senhor Presidente da Comissão, um ou-
577 tro de lavra da Direção da Faculdade de Arquitetura e Urba -
578 nismo comunicando que essa Unidade decidira por sua retirada
579 irreversível e incondicional da Comissão que trata do plane-
580 jamento e construção do Hospital Escola. À respeito, esclare
581 ceu o Professor Wanderlei que não procedeu a juntada do cita
582 do documento porque este chegara a suas mãos posteriormente
583 à entrega do relatório à administração. Sobre o assunto, ma-
584 nifestaram-se vários Conselheiros, uns solidarizando-se com
585 a posição assumida pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
586 que, basicamente, justificava a sua participação no projeto
587 de planejamento e construção do Hospital Escola entendendo,

264

ef

265 27

588 contudo, que os recursos porventura economizados com a sua
589 participação deveriam ser revertidos em benefício da própria
590 comunidade universitária, quem sabe até privilegiando aque -
591 las Unidades que ainda não dispõem de área física própria co
592 mo é o caso, por exemplo, da própria FAUrb. Ao manifestar-se
593 o Professor Paulo Afonso salientou, ainda, que diante das
594 conclusões chegadas pela Comissão, não restou outra saída à
595 FAUrb senão a de afastar-se definitivamente da Comissão. Por
596 sua vez, o Professor Florismar salientou "que é lamentável
597 que tenha acontecido o impasse que resulta na retirada da
598 FAUrb do projeto. Os recursos disponíveis irão, assim, inteir
599 ramente para a iniciativa privada. Lamento que a Universida-
600 de ainda não tenha adquirido maturidade para investir no de-
601 senvolvimento tecnológico, para resolver suas questões inter
602 nas. Não há o sentido de universalidade. Cada Unidade pensa
603 somente em si. Não vejo o pessoal da FAUrb pensar em levar
604 vantagem; a Escola Superior de Educação Física, por exemplo,
605 não possui prédio próprio." Em seguida, o Professor Wander-
606 lei fez uso da palavra declarando que a Comissão jamais pro-
607 pôs a saída da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da parti
608 cipação do projeto, por entender que a sua colaboração é da
609 mais alta importância - a contratação de pessoal de fora da
610 Universidade dar-se-ia naquelas etapas em que a FAUrb não de
611 tivesse o "Know how" exigido para o trabalho. A Comissão, co
612 mo um todo, defende a participação da FAUrb. Entende, ape-
613 nas, que os recursos economizados devam ser revertidos em be
614 nefício do próprio Hospital já que este atenderá a toda a co
615 munity da região, apresentando, portanto, uma amplitude
616 maior que outras questões internas, de vez que será a parti-
617 cipação da Universidade junto à comunidade que estaremos al-
618 cançando. Seguiram-se outras considerações, muitas sugerindo
619 a reavaliação da posição assumida pela FAUrb que, no entan-
620 to, permanecia inalterada. Fazendo uso da palavra, o Conse -
621 lheiro Osório lamentou que interesses pessoais estivessem se
622 sobrepondo a interesses coletivos, ressaltando a importância
623 de que toda a Universidade busque um ideal comum, de que to-
624 das as pessoas que aqui labutam abdicuem de suas divergên-
625 cias para se dedicarem mais profundamente à Instituição, o
626 que, em acontecendo, será revertido em nosso próprio benefi-
627 cio. Diante do impasse criado o Senhor Presidente submeteu à
628 votação do plenário a proposição seguinte: O Conselho Univer

28

260 dy

629 sitário aprova a contratação de uma firma especializada para
630 proceder a elaboração de um Programa de Necessidades e de um
631 anti-projeto para a construção do Hospital Escola, mediante
632 um contrato de risco? Procedida a votação, a proposta foi a-
633 provada por maioria de votos, ficando a Comissão com a incum-
634 bência de dar seqüência ao passo seguinte do trabalho, com o
635 aval do Conselho Universitário. No momento seguinte pediu a
636 palavra o Professor Schlee, dando o seu testemunho pessoal
637 de que era conhecedor do fato de que a Faculdade de Arquite-
638 tura e Urbanismo não tinha agido como vilã nesse Processo,
639 embora fosse essa a imagem que possa ter ficado configurada
640 para muitos que não conheçam de perto todos os meandros da
641 questão. A FAUrb em nenhum momento recusou dispensar sua co-
642 laboração ao projeto do Hospital Escola e só decidiu retirar-
643 -se quando seus apelos não foram atendidos. Durante a reu-
644 nião o Senhor Presidente solicitou à Senhora Secretária que
645 procedesse a distribuição aos Conselheiros da matéria intitu-
646 lada "Análise Sobre a Questão de Verbas Apresentada pelo Fó-
647 rum Nacional de Pró-Reitores de Administração à ANDIFES" que
648 passa a fazer parte integrante desta Ata (Anexo II). Cumpri-
649 da a pauta, a Presidência colocou a palavra à disposição dos
650 presentes e, como dela mais ninguém desejasse fazer uso, a-
651 gradeceu o comparecimento de todos dando a sessão por encer-
652 rada. Do que, para constar, eu, *Leonor* Leonor Lima de Fa-
653 ria, Secretária dos Conselhos Superiores da Universidade Fe-
654 deral de Pelotas, lavrei a presente ata que após aprovada se-
655 rá, igualmente, assinada pelo Senhor Presidente.

